INSTRUÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

TC - 027.712/2006-8

NATUREZA DO PROCESSO: Tomada de Contas Especial.

UNIDADE JURISDICIONADA: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Maranhão - Dnit/MT.

ESPÉCIE RECURSAL: Embargos de declaração.

PEÇA RECURSAL: R005 - (Peça 86).

DELIBERAÇÃO RECORRIDA:

Acórdão 353/2015-Plenário - (Peça 63).

NOME DO RECORRENTE

José Ribamar Tavares

PROCURAÇÃO

N/A

ITEM(NS) RECORRIDO(S)

9.1

2. EXAME PRELIMINAR

2.1. PRECLUSÃO CONSUMATIVA

O recorrente está interpondo embargos de declaração contra o Acórdão 353/2015-Plenário pela primeira vez?

Sim

2.2. TEMPESTIVIDADE

Os embargos de declaração foram interpostos dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCU?

NOME DO RECORRENTE

José Ribamar Tavares

NOTIFICAÇÃO

24/03/2015 - MA (Peça 77)

INTERPOSIÇÃO

07/04/2015 - MA

RESPOSTA

Não

*Inicialmente, é possível afirmar que o recorrente foi devidamente notificado no endereço no seu endereço, conforme Consulta à Base CPF de peça 92, e de acordo com o disposto no art. 179, II, do RI/TCU.

Impende esclarecer que “se o vencimento recair em dia em que não houver expediente, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediato”, nos termos do art. 19, §4º, da Resolução/TCU 170/2004. Assim, o termo final para análise da tempestividade foi o dia **6/4/2015**.

2.3. LEGITIMIDADE

Trata-se de recurso interposto por responsável/interessado habilitado nos autos, nos termos do art. 144 do RI-TCU?

Sim

2.4. INTERESSE

Houve sucumbência da parte?

Sim

2.5. ADEQUAÇÃO

O recurso indicado pelo recorrente é adequado para impugnar o Acórdão 353/2015-Plenário?	Sim
--	------------

2.6. REQUISITOS ESPECÍFICOS

Foram preenchidos os requisitos específicos para os embargos de declaração?	N/A
---	------------

Verifica-se dispensável o exame de requisitos específicos, face a intempestividade dos embargos (item 2.2 supra).

3. CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Em virtude do exposto, propõe-se:

3.1 não conhecer dos embargos de declaração, opostos por José Ribamar Tavares, em razão da sua intempestividade, nos termos do art. 34, § 2º, da Lei 8.443, de 1992 e no art. 287, §§ 1º e 3º, do RI/TCU;

3.2 encaminhar os autos ao Gabinete do Exmo. Ministro-Relator do acórdão embargado.

SAR/SERUR, em 01/06/2015.	Carlos Alberto Feitosa Da Silveira TEFC - Mat. 1627-6	Assinado Eletronicamente
------------------------------	--	--------------------------